

Universidades Públicas: Desmonte ou Projeto de Sociedade?

Ana Clara Oliveira Raft

Wires Alves dos Anjos

Universidades criticam cortes para o ensino superior no orçamento de 2018

Para o ano que vem, previsão de orçamento para custeio de instituições federais é 20% menor do que em 2014

Parlamentares e representantes de universidades públicas protestaram contra os cortes para o ensino superior e para a área de ciência e tecnologia, previstos na proposta orçamentária para 2018 encaminhada pelo governo ao Congresso. As críticas ocorreram nesta terça-feira (21), durante comissão geral que debateu, no Plenário da Câmara, a crise nas instituições de ensino superior do País.

O presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Emmanuel Tourinho, destacou que há redução drástica de orçamento dessas instituições. “O orçamento para 2018 é 20% menor do que o de 2014 para o custeio [utilizado para pagamento de despesas cotidianas] e 90% menor em capital [para investimentos]”, criticou.

[...]

Universidades criticam cortes para ensino superior no Orçamento de 2018. 2017. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/549441-UNIVERSIDADES-CRITICAM-CORTES-PARA-ENSINO-SUPERIOR-NO-ORCAMENTO-DE-2018.html>

Comentário

Sabemos que a situação das universidades públicas brasileiras não é nada boa, e isso é consequência direta dos cortes nos investimentos do Governo Federal nos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. Entretanto, ainda não estão muito claras à sociedade as consequências desse enxugamento orçamentário, por qual razão reduziu-se o investimento e por que a medida permanece em vigor, considerando o potencial inegável que essas áreas têm no desenvolvimento do Brasil. E são exatamente esses três pontos que merecem ser abordados mais detidamente.

Desde 2015, essas instituições de ensino sofrem fortes investidas em seus orçamentos, o que compromete o tripé ensino, pesquisa e extensão, e isso não somente se direciona à graduação, como também aos programas de pesquisa e pós-graduação. Não é difícil encontrar dados que exponham o problema,

seja em revistas científicas ou na mídia comercial. A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), por exemplo, teve uma redução em seu repasse de verba, de acordo com a Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da universidade, de R\$ 12 milhões no orçamento de 2017, frente ao ano anterior, e em 2018 terá um orçamento ainda menor, reduzido em mais R\$ 2 milhões.

Habitualmente, nos debates sobre cortes orçamentários no ensino superior público, ciência e tecnologia não são discutidas as consequências para além das mais aparentes do problema. Até porque os impactos imediatos são muito claros no cotidiano das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), como a falta de investimento para a melhoria dos espaços físicos, custeio de materiais básicos e manutenção da rotina universitária. A questão que apresentamos é que, se atendo somente ao nível do sensível no universo universitário, não se consegue perceber as consequências mais profundas que essa política orçamentária tem para a sociedade e para a economia do país. Assim, esses investimentos deveriam ser tratados pelos gestores públicos como fonte potencial de melhoramento da sociedade (até porque eles são) e, sobretudo, de soberania nacional, possibilitando alcançar patamares cada vez maiores de desenvolvimento social e econômico.

Nesse sentido, se compararmos os percentuais de exportação e importação, um dos indicadores que permite observar o comportamento das economias do Brasil com a China, nota-se uma clara disparidade na

distribuição dos bens relacionados. Segundo dados da OEC (Observatory of Economic Complexity), as nossas exportações concentram-se nas commodities, especialmente os vegetais e o minério, que representam cerca de 31% do total; já as importações carregam um peso maior, cerca de 48%, na compra de máquinas (chips, celulares, computadores, turbinas etc.) e produtos químicos. Por outro lado, a China comercializa com o mundo 43% em máquinas e importa aproximadamente 50% em produtos minerais e maquinário. De forma grosseira, esses dados refletem o quanto nosso país depende tecnologicamente de outros e basicamente alimenta, em matéria-prima, outras nações, ou seja, vendemos soja para comprar turbinas de avião.

Ao discutir essa ligação entre a produção científica e o desenvolvimento nacional como garantia da solidez de um projeto de nação soberano, torna-se inquestionável a importância das pesquisas em Ciência, Tecnologia e Inovação para as sociedades. Assim, um país bem sucedido, nas concepções econômicas atuais, deve implementar um projeto que prime pelo desenvolvimento socioeconômico, apresentando um alto grau de independência tecnológica e, portanto, uma capacidade em estabelecer atividades comerciais internas e externas de alta complexidade. Podemos tomar como exemplo países cujo desenvolvimento social, econômico e tecnológico são muito altos e onde há uma notória preocupação com as pesquisas científicas ali concebidas, como a Coreia do Sul

e Israel, que investiram em 2015, segundo o Banco Mundial, cerca de 4,2% do PIB em Pesquisa e Desenvolvimento. Na contramão dessa política, o Brasil destinou, no mesmo período, apenas 1,16% do PIB a essa função.

Mediante esse cenário, o desmonte das universidades públicas (organizações que colocamos como principal base para uma maior autonomia nacional) pode ser visto como fruto da forma de inserção econômica do Brasil no contexto mundial. E não pensem que essa é uma escolha da nossa nação para com a comunidade internacional. No mundo, existem os chamados países centrais e países periféricos, e estes conceitos vão muito além da ordem econômica, alcançando diretamente o âmbito de poder e, conseqüentemente, de determinação da função para cada país que se encaixa nessas duas categorias. Os países do terceiro mundo estão amplamente incluídos na categoria periférica, sendo o Brasil um deles. A periferia, independente de qual seja o grau, mundo ou país, serve para os interesses do centro, e o interesse deste é simplesmente ter fontes de abastecimentos para manterem, via economia, seu progresso e hegemonia perante a comunidade internacional. Tomando isso como base, é intuitivo pensar a soberania nacional como privilégio para poucos, e dentro desses poucos o Brasil não está.

Desta forma, um maior investimento possibilitaria ainda a aproximação do diálogo entre as comunidades internas e externas da academia, o que é primordial para se entender melhor a situação em que a pesquisa está inserida. A falta de diálogo entre essas duas

dificulta, por exemplo, a elevação da qualidade do debate acerca do desmonte da educação e da produção científica brasileira, deixando-as, até certo ponto, sujeitas às informações das mídias de massa, que fazem muitas vezes a análise superficial e que apontam para um caráter elitizado que seria supérfluo ao grosso da população. Então, as contribuições ficam restritas à atividade das universidades e a esse mesmo ambiente, dificultando ainda mais a percepção do papel das universidades pelo povo.

Por isso, resumir a política de cortes orçamentários como fruto da alta corrupção existente no país, opinião amplamente difundida nos veículos de comunicação, é não colocar em questão o projeto de nação neoliberal que é implantado no Brasil. Essas medidas não são exclusivamente um pacote de desmonte delas, mas também, e principalmente, um modelo de sociedade e um receituário para nos manter sempre adequados a uma ordem mundial que prestigia as economias dos países imperialistas.

A falta de investimento em educação, ciência e tecnologia, ou outras áreas essenciais para o desenvolvimento nacional, não pode ser tratada como gasto, pois quando colocada nessa perspectiva, a restringimos à ponta do iceberg. Os cortes de bolsa, de incentivo às pesquisas, do custeio, da assistência estudantil ou do R.U., são conseqüências diretas do projeto imperialista que nos empurra para a posição periférica na economia, nos transformando em meros reprodutores de tecnologia. Se queremos um país soberano, independente e que combata

as desigualdades sociais, é preciso investir em conhecimento, isto é, ciência e educação.

Enquanto membros da comunidade acadêmica, é nosso dever levar os debates do ambiente universitário à população, aproximando-os da nossa produção diária. Sem o entendimento da sociedade, não seremos capazes de defender um governo que combata as mazelas sociais, que trate educação e ciência como investimentos e não como gastos, superando a condição de exploração imposta pelo sistema capitalista.